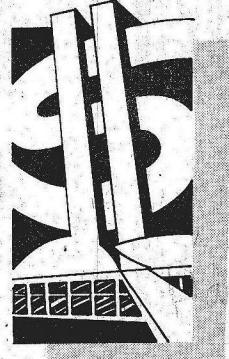


CPI tenta provar ligação entre máfia e PC

As cópias dos processos existentes na Polícia Federal contra as maiores empreiteiras do País, envolvidas no Esquema PC Farias, foram requisitadas ontem pelo membro



membros da CPI do Orçamento, deputados Moroni Torgan (PSDB-CE), José Genuíno (PT-SP), Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao delegado Paulo Lacerda. A intenção é cruzar as informações contidas no inquérito do Esquema PC, com os dados colhidos até o momento pelo CPI, para verificar e identificar os políticos que apresentaram emendas para determinadas obras.

Segundo Genoíno, achar o mapa das obras é encontrar o cami-

nho para o mapa da mina. Ele destacou que, por enquanto, a diferença entre os dois sistemas de vazamento de recursos é a forma de pagamento. No caso PC, a propina era paga diretamente e, no esquema João Alves, a comissão era intermediada pelos parlamentares. Ele explica que o método para sangrar o Tesouro Nacional, nos dois casos é semelhante. Ao Legislativo cabia, uma vez cooptado pelas empreiteiras, aprovar as emendas e, ao Executivo a liberação dos recursos. Entre as empresas na mira da Comissão estão a OAS (indiciada no Esquema PC), Norberto Odebrecht, CBPO, C.R. Almeida, Queiróz Galvão, Tratex e Constran.

O nome das entidades que passaram a ser investigadas e que ainda serão alvo de diligências mais aprofundadas foram relacionadas segunda-feira à noite pelo Senador José Paulo Bisol (PSB-RS), após uma conversa mais prolongada com o economista José Carlos Alves dos Santos na sede

da Superintendência da Polícia Federal.

Representação - A Procuradoria-Geral da República pode pedir a decretação da indisponibilidade dos bens de cinco construtoras que estão sendo investigadas pela CPI do Orçamento. Os deputados Ernesto Gradelha Neto (PSTU-SP) e Maria Lúiza Menezes Fontenele (sem partido-CE) ajuizaram ontem uma representação ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, para que apresente ação na Justiça para bloquear os bens das empreiteiras.

Os deputados pedem a decretação da indisponibilidade dos bens da C.R. Almeida, Norberto Odebrecht, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, O.A.S. e Tratex. Além da indisponibilidade dos bens, os deputados também pretendem com a ação obter a imediata suspensão dos contratos de licitação firmados com essas empreiteiras.

CARLOS MOURA



A Subcomissão de Bancos se reúne: conferindo as contas de Ibsen para evitar erros denunciados por deputado